A NARRATIVA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES LITERÁRIAS

Maria Ilza Gomes Ferreira Silva[1]
Ana Paula do Nascimento [2]
Edson Cipriano do Nascimento [3]
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva[4]

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo, questionar o papel da narrativa como equipamento de ensino-aprendizagem nas habilidades literárias o conjunto de elementos ambientais, sociais, culturais e físicos onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. A narrativa interpreta como fenômeno sociocultural constitui-se como um método essencial para a formação de leitores que vai além da compreensão superficial de um texto, analisando, interpretando e avaliando profundamente os conteúdos e contexto. A averiguação fundamenta-se em autores que argumenta a linguagem, a leitura e a construção do entendimento destacando a importância da participação conjunta, texto e contexto. Dessa forma a narrativa não se limita a contação de histórias, nos envolve momentos de diálogo, interpretação, reconstrução e produção textual, promovendo o crescimento no domínio da leitura e escritoras. No que se refere a forma de trabalhar, o estudo adota uma análise centrada nas experiências e percepções, como foco em práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula nas quais a narrativa é proposta como mecanismo didático. Identifica-se que as iniciativas da leitura compartilhada, reconto, dramatização e produção de histórias que influenciam positivamente, significativamente para o interesse e dedicação dos estudantes para o fortalecimento de habilidades como compreensão textual, entendimento obtido de ideias dos alunos e criatividades. Os dados levantados apontam que o uso sistemático da narrativa do ambiente escolar fortalecendo a aprendizagem, tornando o processo educativo mais adaptação e situação. A orientação do educador é essencial para apoiar os alunos na construção de sentidos e autonomia leitora, sendo a ferramenta pedagógica importante para a formação literária e integral dos estudantes nas práticas educativas.

Palavras-chaves: Narrativa; Leitura; Escrita; Habilidades Literárias; Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

[1] Doutoranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS,, gomesilza907@gmail.com;
[2] Doutoranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, paulailton225@gmail.com;
[3] Pedagogo em Pedagogia pela Universidade Maurício de Nassau-UNINASSAU, edsonciprianonascimento@gmail.com;

[4] Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neidesilva96@hotmail.com.

ISSN: 2358-8829

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade entre os estudantes. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças apresentam diferentes ritmos de aprendizagem, experiências e formas de compreender o mundo. Nesse contexto, as práticas pedagógicas devem favorecer a participação de todos, respeitando suas especificidades. Entre as estratégias que contribuem para esse processo, destaca-se o uso das narrativas como ferramenta para o desenvolvimento das habilidades literárias.

As narrativas estão presentes na vida das crianças por meio de contos, fábulas, lendas, histórias familiares e livros infantis. No ambiente escolar, podem favorecer o desenvolvimento da leitura, da oralidade, da interpretação, da criatividade e da produção escrita. Bruner (1997) compreende a narrativa como uma forma de organização das experiências humanas, por meio da qual os indivíduos atribuem significados aos acontecimentos e constroem interpretações sobre o mundo.

Em uma perspectiva inclusiva, o trabalho com narrativas deve considerar as diferentes maneiras de aprender e se expressar. A utilização de imagens, dramatizações, músicas, objetos concretos e recursos audiovisuais amplia as possibilidades de participação dos estudantes. Essa abordagem está relacionada aos princípios da educação inclusiva, que busca garantir condições de acesso, participação e aprendizagem para todos (BRASIL, 2008).

As histórias também permitem que as crianças relacionem os acontecimentos narrados às próprias experiências. Freire (1989) destaca que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ressaltando a importância dos conhecimentos construídos nas vivências dos sujeitos. Além disso, o contato com personagens e culturas diversas pode estimular a empatia, o respeito, a solidariedade e a valorização das diferenças, contribuindo para relações mais inclusivas no ambiente escolar.

O trabalho com narrativas favorece, ainda, a compreensão leitora, pois possibilita identificar personagens, reconhecer acontecimentos, formular hipóteses e compreender relações entre os fatos. Solé (1998) destaca a importância das estratégias utilizadas pelo leitor para construir sentidos. Nesse processo, a mediação do professor é fundamental para adaptar as atividades às necessidades da turma e ampliar as oportunidades de aprendizagem. Conforme Vygotsky (2007), a interação social e a mediação contribuem para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

ISSN: 2358-8829

Atividades como contação de histórias, leitura compartilhada, reconto, dramatização e produção de textos também estimulam a oralidade, a imaginação e a escrita. Soares (2020) ressalta a importância de articular a alfabetização às práticas sociais de leitura e escrita, permitindo que os estudantes atribuam significado ao que leem e produzem. Essa proposta está alinhada à Base Nacional Comum Curricular, que valoriza diferentes práticas de linguagem, incluindo a leitura, a escuta e a produção textual (BRASIL, 2018).

O estudante tem como objetivo geral analisar a contribuição da narrativa como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de habilidades literárias nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando sua importância para o aprimoramento da leitura, da escrita, da oralidade, da interpretação e da criatividade, bem como para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Apontam como objetivos específicos

- Compreender a importância das narrativas no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento das habilidades literárias dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Identificar as contribuições da contação de histórias, da leitura compartilhada, do reconto e da dramatização para o desenvolvimento da compreensão leitora, da oralidade e da criatividade.
- Descrever estratégias pedagógicas que utilizem narrativas para estimular a interpretação de textos, a produção oral e escrita e a ampliação do vocabulário dos estudantes.
- Investigar como o uso de diferentes recursos, como imagens, músicas, objetos concretos e dramatizações, pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes com diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem.
- Refletir sobre a importância da mediação do professor na utilização de narrativas para promover uma aprendizagem significativa, valorizar a diversidade e fortalecer as práticas de educação inclusiva.

A inclusão não se limita à presença do estudante na sala de aula, mas envolve a garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece o direito à educação em sistema educacional inclusivo, prevendo condições que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem (BRASIL, 2015). Dessa forma, a escola deve buscar estratégias pedagógicas que reduzam barreiras e respeitem as diferentes necessidades dos estudantes.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição da narrativa como ferramenta de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades literárias nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando os princípios da educação inclusiva. Busca-se compreender como práticas como contação de histórias, leitura compartilhada, reconto, dramatização e produção textual podem favorecer a compreensão, a criatividade e a participação de todos os estudantes, contribuindo para uma aprendizagem significativa e acessível.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo, desenvolvido com o objetivo de analisar a narrativa como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de habilidades literárias nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando os princípios da educação inclusiva. A escolha da abordagem qualitativa está relacionada à necessidade de compreender as diferentes possibilidades de utilização das narrativas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à participação, à interação e às diferentes formas de expressão dos estudantes. Para Minayo (2009), a pesquisa qualitativa possibilita compreender significados, valores, atitudes e experiências presentes em determinado contexto social, contribuindo para uma análise mais aprofundada dos fenômenos educacionais.

Quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da análise de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais relacionados à literatura infantil, narrativa, leitura, escrita, alfabetização e educação inclusiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos, possibilitando ao

pesquisador conhecer diferentes contribuições teóricas relacionadas ao objeto investigado.

A seleção do material teórico considerou autores que discutem a leitura, a linguagem, a literatura, a aprendizagem e a inclusão escolar. Entre os principais referenciais utilizados estão Freire (1989), Vygotsky (2007), Solé (1998), Bruner (1997) e Soares (2020), além de documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

A análise foi direcionada para compreender de que maneira a narrativa pode ser utilizada como instrumento de mediação pedagógica no desenvolvimento das habilidades literárias das crianças. Foram consideradas práticas como contação de histórias, leitura compartilhada, reconto, dramatização, interpretação, produção oral e escrita, criação de personagens e elaboração de diferentes finais para as histórias. Essas atividades foram analisadas considerando sua capacidade de favorecer a compreensão textual, a oralidade, a criatividade, a imaginação, a ampliação do vocabulário e a produção de sentidos.

A perspectiva da educação inclusiva constituiu um eixo central da pesquisa. Dessa forma, buscou-se compreender a narrativa não apenas como instrumento para o desenvolvimento da leitura e da escrita, mas também como possibilidade de ampliar a participação dos estudantes que apresentam diferentes características, ritmos e necessidades de aprendizagem. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a educação especial deve estar articulada ao ensino regular, garantindo condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, foram consideradas diferentes formas de apresentação e exploração das narrativas, incluindo recursos visuais, imagens, dramatizações, músicas, objetos concretos, recursos tecnológicos e atividades coletivas. A utilização de diferentes linguagens pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes, permitindo que uma mesma narrativa seja compreendida e explorada por diferentes caminhos. Essa perspectiva está relacionada à necessidade de eliminar barreiras que possam dificultar a aprendizagem e a participação dos alunos no ambiente escolar.

A pesquisa também considerou a importância da mediação do professor no desenvolvimento das atividades. Vygotsky (2007) destaca o papel da interação social e

da mediação no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Nesse sentido, o professor pode atuar como mediador, criando situações nas quais os estudantes tenham oportunidades de ouvir, interpretar, questionar, recontar e produzir narrativas, respeitando suas diferentes possibilidades de participação.

A inclusão foi compreendida, portanto, como um processo que ultrapassa a presença física do estudante na sala de aula. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece que a educação deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015). Dessa maneira, a análise buscou identificar possibilidades pedagógicas que contribuam para que os estudantes participem efetivamente das experiências literárias, utilizando diferentes formas de comunicação e expressão.

Para a organização das informações, foram estabelecidas categorias de análise relacionadas às principais contribuições da narrativa para a educação inclusiva: participação dos estudantes, desenvolvimento da compreensão leitora, oralidade, criatividade, produção textual, interação social, respeito à diversidade e utilização de diferentes recursos pedagógicos. Essas categorias permitiram organizar a discussão e relacionar os estudos encontrados aos objetivos da pesquisa.

A análise dos materiais selecionados ocorreu de maneira interpretativa, buscando estabelecer relações entre os fundamentos teóricos sobre narrativa, literatura e aprendizagem e os princípios da educação inclusiva. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo possibilita organizar e interpretar informações de maneira sistemática, contribuindo para a identificação de categorias e sentidos presentes nos materiais analisados.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu compreender a narrativa como uma possibilidade pedagógica capaz de articular o desenvolvimento das habilidades literárias com práticas de inclusão. O estudo buscou evidenciar que atividades de leitura, contação, reconto, dramatização e produção de histórias podem ser organizadas de diferentes maneiras, possibilitando a participação dos estudantes e respeitando suas características e necessidades.

Por fim, ressalta-se que a narrativa não deve ser compreendida como uma estratégia única para garantir a inclusão, mas como um recurso que pode integrar um conjunto diversificado de práticas pedagógicas. Sua contribuição depende do planejamento, da mediação docente, da escolha dos materiais e da capacidade da escola

de oferecer diferentes formas de acesso, participação e expressão. Assim, a metodologia possibilitou reunir fundamentos para discutir como as práticas narrativas podem contribuir para uma educação literária mais participativa, acessível e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização constitui um processo essencial para o desenvolvimento da criança, pois possibilita sua inserção nas diferentes práticas sociais de leitura e escrita. Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, esse processo precisa ser desenvolvido considerando as características individuais dos estudantes e as diferentes formas pelas quais cada criança aprende. Em uma perspectiva inclusiva, alfabetizar significa criar condições para que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento, participem das atividades e desenvolvam suas potencialidades, independentemente de suas dificuldades, características ou necessidades educacionais.

Para Soares (2020), a alfabetização está relacionada à apropriação do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento envolve a participação do indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita. Dessa forma, o processo de alfabetização não deve limitar-se à memorização de letras, sílabas e palavras, mas precisa proporcionar situações nas quais a criança compreenda a função social da linguagem e possa utilizá-la em diferentes contextos. Essa compreensão torna-se ainda mais importante quando se considera a diversidade presente nas salas de aula.

A educação inclusiva parte do princípio de que todos os estudantes possuem direito à educação e devem ter oportunidades de participar do processo de ensino e aprendizagem. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a educação especial deve atuar de forma articulada ao ensino regular, buscando assegurar a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008). Assim, a inclusão não significa apenas garantir a matrícula do estudante na escola, mas proporcionar condições para sua participação efetiva e para seu desenvolvimento.

A inclusão escolar está relacionada à construção de um ambiente educacional no qual as diferenças sejam reconhecidas e respeitadas. A presença de estudantes com

diferentes características exige que a escola repense suas práticas, metodologias e recursos, buscando eliminar barreiras que possam dificultar a aprendizagem.

Mantoan (2003) defende uma concepção de escola aberta à diversidade, na qual as diferenças não sejam utilizadas como justificativa para separar ou excluir os estudantes. Para a autora, a inclusão implica uma transformação da escola e de suas práticas, de modo que todos possam aprender juntos e participar das experiências escolares.

A leitura de imagens apresenta possibilidades importantes para o desenvolvimento da alfabetização, principalmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Antes mesmo de dominar a leitura convencional, a criança estabelece relações com o mundo por meio da observação, da interpretação e da atribuição de significados às diferentes representações presentes em seu cotidiano.

Freire (1989) afirma que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Essa concepção permite compreender que a criança já possui conhecimentos e experiências antes de chegar à escola e que esses conhecimentos podem ser utilizados como ponto de partida para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Nesse sentido, a imagem pode funcionar como elemento mediador entre a experiência da criança e o conhecimento escolar. Ao observar uma fotografia, desenho ou ilustração, o estudante pode identificar elementos, levantar hipóteses, descrever situações, reconhecer personagens, organizar acontecimentos e produzir narrativas. Essas atividades podem estimular a oralidade e preparar o estudante para diferentes práticas de leitura e escrita.

Quando relacionada à educação inclusiva, a leitura de imagens pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes nas atividades de alfabetização. O recurso visual pode oferecer informações complementares à linguagem oral e escrita, possibilitando que determinados conteúdos sejam apresentados de diferentes maneiras.

Essa possibilidade é particularmente importante em uma sala de aula heterogênea, na qual os estudantes apresentam diferentes ritmos e formas de aprendizagem. A imagem pode auxiliar na compreensão de instruções, na identificação de objetos, na organização de sequências, na construção de narrativas e na associação entre palavras e significados.

Entretanto, é importante destacar que utilizar imagens não significa considerar que todos os estudantes aprendem da mesma maneira por meio de recursos visuais. A perspectiva inclusiva exige que o professor conheça seus alunos e diversifique as

estratégias de ensino. A imagem deve ser compreendida como um recurso que pode complementar outras formas de ensino e comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Nesta sessão não poderão ser utilizados gráficos, tabelas e quadros (que podem ser inseridos apenas no banner para apresentação).

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em consideração a referencia a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da leitura de imagens para o processo de alfabetização de crianças dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, considerando os princípios da educação inclusiva. A partir das discussões realizadas, foi possível compreender que a leitura de imagens pode constituir uma importante estratégia pedagógica para ampliar as possibilidades de participação, comunicação e aprendizagem dos estudantes, especialmente quando utilizada de maneira planejada e articulada a outras práticas de ensino.

A alfabetização representa uma etapa essencial na formação das crianças, pois possibilita o desenvolvimento da leitura e da escrita e favorece sua participação nas diferentes práticas sociais. Entretanto, esse processo precisa considerar a diversidade presente no ambiente escolar, reconhecendo que os estudantes possuem diferentes ritmos, experiências, conhecimentos e formas de aprender. Nesse sentido, a educação inclusiva exige que o professor desenvolva práticas pedagógicas diversificadas, capazes de oferecer oportunidades de aprendizagem para todos.

A leitura de imagens apresenta possibilidades significativas nesse contexto, pois permite que as crianças observem, interpretem, expressem ideias, formulem hipóteses e

construam diferentes sentidos. Por meio de fotografias, desenhos, ilustrações, histórias em quadrinhos e sequências visuais, o professor pode criar situações que favoreçam o desenvolvimento da oralidade, da criatividade, da imaginação, da interpretação e da produção de narrativas. Essas experiências podem contribuir para aproximar os estudantes das práticas de leitura e escrita, respeitando suas possibilidades e necessidades de aprendizagem.

Na perspectiva inclusiva, os recursos visuais podem funcionar como instrumentos complementares de acesso ao conhecimento, contribuindo para a redução de determinadas barreiras de comunicação e compreensão. Contudo, é importante destacar que a utilização de imagens, isoladamente, não garante a inclusão ou a aprendizagem de todos os estudantes. Sua efetividade depende da mediação docente, da organização das atividades, da diversificação dos recursos e da consideração das características individuais de cada criança. Dessa forma, o trabalho com imagens deve estar associado a estratégias pedagógicas que valorizem a participação e o desenvolvimento de todos.

As discussões fundamentadas em Freire (1989), Soares (2020), Kleiman (2008) e Vygotsky (2007) evidenciam a importância dos conhecimentos prévios, da interação social, da mediação e da construção de significados no processo educativo. Esses fundamentos permitem compreender que a alfabetização não deve se limitar à decodificação de letras e palavras, mas precisa possibilitar experiências significativas de linguagem. A leitura de imagens, quando inserida nesse processo, pode favorecer a expressão das experiências infantis e ampliar as oportunidades de participação nas atividades escolares.

Também se compreende que a construção de uma escola inclusiva depende do compromisso coletivo de professores, gestores, famílias e demais profissionais da educação. É necessário investir na formação docente, na produção de materiais acessíveis e na organização de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade. A inclusão deve ser compreendida como um compromisso com o direito de todos à aprendizagem, e não apenas como a presença física do estudante no espaço escolar.

Conclui-se, portanto, que a leitura de imagens apresenta potencial para contribuir com uma alfabetização mais inclusiva, participativa e significativa nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Seu uso intencional pode favorecer diferentes formas de comunicação, estimular a interação entre as crianças e apoiar o desenvolvimento das

habilidades de leitura e escrita. Entretanto, os resultados e as possibilidades discutidos neste estudo decorrem da análise teórica realizada, não sendo possível afirmar, sem uma investigação prática específica, que o recurso produzirá os mesmos efeitos em todas as salas de aula.

Por fim, destaca-se a importância de que novas pesquisas sejam desenvolvidas em contextos escolares reais, investigando como a leitura de imagens pode ser utilizada com diferentes grupos de estudantes e quais estratégias favorecem sua participação e aprendizagem. Dessa maneira, será possível ampliar os conhecimentos sobre o tema e contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade, respeitem as diferenças e garantam a todas as crianças oportunidades de aprender, desenvolver-se e participar do processo de alfabetização.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2020.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.